

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e
Relatório dos Auditores Independentes*

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 4
Balanços patrimoniais	5 – 6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10 - 31

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Barretos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- I. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmação enviadas bancos, clientes e fornecedores. Desta forma, não nos foi possível concluir com exatidão sobre os saldos relacionados a totalidade destas operações apresentadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.
- II. A Entidade não possui controle individualizado físico e contábil do ativo imobilizado e iniciou a contabilização das despesas com depreciação a partir de junho de 2016. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Conforme nota nº 2, em 31 de dezembro de 2020 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 125.559.600 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 45.654.612, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2020: **(i) Ressarcimento ao SUS:** Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo circulante, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2021.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Presley José Gadoy
CRC 1 SP 185.052/O-5



Santa Casa de Misericórdia de Barretos

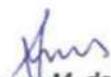
Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

ATIVO	Nota Explicativa	R\$ 2020	R\$ 2019
CIRCULANTE		7.527.825	7.460.025
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		59.249	345.792
Caixa e Equivalente de caixa	3	48.053	80.491
Aplicações Financeiras sem restrição	4	268	1.951
Aplicações Financeiras com restrição	4	10.928	263.350
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		7.460.190	7.083.845
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão Créditos e Liq. Duvidosa	5	(4.743.544)	(4.743.544)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	6	4.925.126	5.051.760
Estoques	8	2.440.638	1.893.862
Bens e títulos a receber	7	94.425	138.223
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES		8.386	30.388
Adiantamentos a Fornecedores	7	8.386	26.561
Alugueis a receber	7	-	3.827
NÃO - CIRCULANTE		34.463.920	32.982.525
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.578.241	1.260.165
Depósitos Extra- Judiciais	9	1.578.241	1.260.165
Outros Créditos		-	-
IMOBILIZADO	10	32.885.679	31.722.360
Imobilizado		46.103.415	41.916.646
(-) Depreciação Acumulada		(13.217.736)	(10.194.286)
TOTAL DO ATIVO		41.991.745	40.442.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Anderson M. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC 1SP 309339/O-4



Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balanco Patrimonial
Para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais

PASSIVO	Nota Explicativa	R\$ 2020	R\$ 2019
CIRCULANTE		53.182.437	47.648.421
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	11	-	15.057.171
Débitos com operações de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	12	3.003.388	2.864.933
Tributos e encargos sociais a recolher	13	1.001.405	2.186.131
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	14	2.642.729	3.360.878
Empréstimos e financiamentos	15	38.867.013	16.745.250
Obrigações com pessoal	16	5.184.146	4.897.106
Fornecedores	16	2.115.785	1.857.898
Outros debitos a pagar	17	367.971	679.055
NÃO CIRCULANTE		114.368.908	117.491.126
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	11	15.342.637	-
Contingencias	18	1.020.700	1.131.350
Tributos e encargos sociais a recolher	13	1.121.281	-
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	14	18.215.921	25.658.573
Empréstimos e financiamentos	15	51.569.411	65.528.098
Fornecedores	19	20.208.208	20.345.621
Subvenções a realizar	20	6.890.750	4.827.483
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO		(125.559.600)	(124.696.997)
Ajuste de avaliação patrimonial		8.310.777	8.310.777
Superávit/ déficit acumulado		(133.870.377)	(133.007.774)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.991.745	40.442.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anderson M. da Silva
 Téc. em Contabilidade
 CRC 1SP 309339/O-4

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

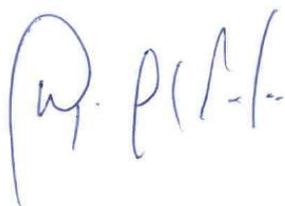
Demonstração do Resultado Gerencial

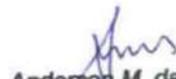
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

DESCRIÇÃO	NOTA	2020	2019
RECEITAS			
Receita de convênio - SUS	21	49.333.757	48.759.659
Receita demais convênios	22	15.796.065	14.172.943
Receita de particulares	22	417.051	1.239.729
Subvencoes Governamentais	23	8.357.159	19.354.781
Covid	21.1	8.658.468	-
Total das receitas		82.562.500	83.527.112
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(4.731.961)	(5.147.666)
Receita operacional líquida		77.830.539	78.379.446
Custos dos materiais / medicamentos	28	(24.041.980)	(19.781.539)
Custos dos serviços assistenciais prestados	28	(35.272.303)	(35.351.690)
Superávit Bruto		18.516.256	23.246.217
DESPESAS			
Salários e encargos		(39.212.671)	(33.390.462)
Administrativas e gerais		(6.387.924)	(8.647.724)
Tributárias		(36.002)	(287.826)
Depreciação e amortização		(3.023.450)	(2.668.123)
Total das despesas	29	(48.660.048)	(44.994.135)
Superávit (déficit) operacional		(30.143.792)	(21.747.918)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações	24	4.555.653	4.353.844
Outras receitas	25/26	2.485.345	3.140.899
Total de outras receitas (despesas) operacionais		7.040.998	7.494.743
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	30	198.802	404.432
Despesa financeira	30	(4.192.870)	(6.580.303)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(3.994.068)	(6.175.871)
Resultado antes das receitas extraordinarias		(27.096.862)	(20.429.046)
RECEITAS EXTRAORDINARIAS			
Reversao de provisao de juros s/ parcelamento	27	5.322.157	-
Emendas impositivas	27	20.912.102	4.400.000
Total de receitas (despesas) extraordinarias		26.234.259	4.400.000
Superávit/(déficit) do exercício		(862.603)	(16.029.046)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.




Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 309339/O-4



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (EM REAIS)				
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT/SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(116.978.728)	8.310.777	-	(108.667.951)
Déficit do Exercício	(16.029.046)	-	-	(16.029.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(133.007.774)	8.310.777	-	(124.696.997)
Déficit do Exercício	(862.603)	-	-	(862.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(133.870.377)	8.310.777	-	(125.559.600)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

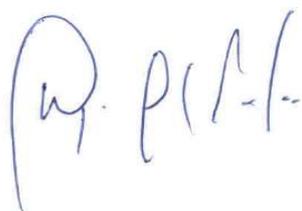

Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 309339/O-4

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
Superávit/ Déficit do Exercício	(862.603)	(16.029.046)
(+) Depreciação e Amortização	3.023.450	2.668.123
(+) Provisão para perdas sobre créditos	-	-
(+) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Superávit do Exercício Ajustado	2.160.847	(13.360.923)
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(+)/(-) Aplicações financeiras	254.105	1.597.240
(+)/(-) Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-
(+)/(-) Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	126.633	(458.772)
(+)/(-) Bens e títulos a receber	43.798	113.794
(+)/(-) Outros créditos a receber do não circulante	(842.849)	1.699.491
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	(418.313)	2.951.753
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
(+)/(-) Provisões Técnicas de Operações de Assist. à saúde	285.466	(1.473.798)
(+)/(-) Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	138.455	(3.752.773)
(+)/(-) Tributos e encargos sociais a recolher e parcelamentos	(781.594)	(10.249.550)
(+)/(-) Fornecedores	257.887	(8.596.954)
(+)/(-) Obrigação com Pessoal	287.040	750.393
(+)/(-) Débitos diversos	(311.084)	(5.078.011)
(+)/(-) Passivo não circulante	(5.627.449)	27.791.744
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	(5.751.279)	(608.949)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.008.745)	(11.018.119)
2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado e Intangível	(4.186.769)	(4.432.386)
(-) Aumentos de investimentos não circulantes	-	-
3- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento (diminuição) de empréstimos	9.446.254	47.127.002
Amortização de empréstimos	(1.283.178)	(31.677.664)
Distribuição de lucros	-	-
Aumento de capital	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-
Remuneração capital	-	-
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	8.163.076	15.449.338
(1+2+3) VARIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(32.438)	(1.167)
DISPONIBILIDADE NO INICIO DO PERÍODO	80.491	81.658
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(32.438)	(1.167)
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	48.053	80.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.




Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 309339/O-4



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Barretos é uma Instituição organizada sob a forma de Associação de fins não econômicos, beneficentes e filantrópicos, constituída em Assembleia Geral de 09 de janeiro de 1921, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 712 de 24 de agosto de 1959, e Federal pelo Decreto nº 98.147, de 15 de setembro de 1989. É uma Associação filantrópica atuante na área da assistência médico-hospitalar, obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou religião, dentro das normas estabelecidas por legislações e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais. Tem sua sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, à Avenida 23, nº 1.208, Centro e à Rua 28 nº 728, está inscrita no CNPJ-MF sob o nº 44.782.779/0001-10.

São objetivos sociais da Santa Casa: Prestar assistência integral à saúde a qualquer pessoa, em conformidade com as legislações Federal, Estadual e Municipal e os seus regulamentos e normas administrativas; Prestar atendimento gratuito, dentro das possibilidades orçamentárias da Santa Casa, aos necessitados não possam ser atendidos pelo SUS; Operar planos de assistência à saúde, mediante a garantia de abertura de custos assistenciais médico ambulatorial e hospitalar, a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado e sem limite financeiro, executados através dos serviços prestados pela Santa Casa ou rede credenciada para tanto, quando o Hospital não possuir o necessário serviço; Promover e estimular o voluntariado e a solidariedade.

Intervenção do poder público municipal

Em 02 de agosto de 2013, por recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo, expedida nos autos do Inquérito Civil nº 14.0205.0002212/2013-6, Decreto nº 7.354, foi decretada, por parte do Poder Público Municipal, a intervenção da Santa Casa de Misericórdia de Barretos.

A intervenção do Poder Público Municipal teve por objetivo assumir a gerência da Santa Casa a fim de evitar a paralisação da prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) e de adotar todas as providências necessárias no sentido de regularizar a situação financeira da entidade e de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Em 10 de Novembro de 2016 sob decreto Nº 8.620, a Prefeitura de Barretos junto com o Ministério Público do Estado de São Paulo, firmou instrumento particular de administração e gestão com Fundação Pio XII CNPJ 49.150.352/0002-01 para o prazo de 30 anos.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 125.559.600 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 45.654.612, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contraprestações pecuniárias a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais

3. Disponível

	2020	2019
Caixa	7.801	16.140
Bancos conta movimento sem restrição	40.252	64.351
Bancos conta movimento com restrição	-	-
Total	48.053	80.491

4. Aplicações financeiras

	2020	2019
Investimentos Fundos/CDB sem restrição	268	1.951
Investimentos Fundos/CDB com restrição	10.928	263.350
Total	11.196	265.301

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2020	2019
Contraprestações pecuniárias a receber	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(4.743.544)	(4.743.544)
Total	-	-

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais

6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A. Créditos públicos

	2020	2019
SUS	2.789.335	2.819.182
SUS Hemodiálise	591.843	472.294
Créditos Públicos	<u>3.381.178</u>	<u>3.291.476</u>

B. Créditos particulares

	2020	2019
Unimed	538.355	449.532
APAS	17.085	87.162
IAMSPE	198.338	453.813
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	383.986	383.986
São Francisco Sistema de Saúde	76.906	146.003
Austa Clínicas	60.374	102.024
Outros Convênios	652.890	521.750
PECLD (i)	(383.986)	(383.986)
Total Créditos particulares	<u>1.543.948</u>	<u>1.760.284</u>
Total Geral	<u>4.925.126</u>	<u>5.051.760</u>

(i) Provisão consiste em cima de processo judicial movido contra o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para receber os atendimentos a ele realizados no ano de 2017/2018.

7. Bens, títulos e créditos a receber

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos a fornecedores (i)	8.386	702.000	26.561	702.000
Cheques a receber	9.256	-	50.784	-
Duplicatas a receber	45.768	-	44.082	-
Cartão de crédito	39.401	-	43.357	-
Aluguéis a receber	-	-	3.827	-
PECLD (i)	-	(702.000)	-	(702.000)
Total	<u>102.811</u>	<u>-</u>	<u>168.611</u>	<u>-</u>

H

[Assinatura]



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

- (i) Existe contabilizado no Longo Prazo valor que se refere a adiantamento de pagamento a prestador de serviço cuja negociação vem sendo discutida judicialmente. Porém em cumprimento a normas contábeis foi realizada a provisão de perda deste numerário.

8. Estoques

	2020	2019
Farmácia	676.856	397.455
Nutrição	72.400	146.436
Almoxarifado	1.591.614	1.250.795
Farmácia (Unidade de Negócio)	99.768	99.176
Total	<u>2.440.638</u>	<u>1.893.862</u>

9. Depósitos judiciais e fiscais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos bancários bloqueados	<u>1.578.241</u>	<u>1.260.165</u>
Total	<u>1.578.241</u>	<u>1.260.165</u>

Tais saldos são decorrentes de bloqueios em ações de cobrança de fornecedores de bens e serviços e créditos provenientes de convênios médicos.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

10. Movimentação do Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>		<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	Anual	31.12.2019	Adições			31.12.2020
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Terrenos	10%	4.187.650	-	-	-	4.187.650
Edificações	38%	16.693.981	465.878	-	-	17.159.859
Máquinas, equip. e instalações (1)	39%	15.230.917	2.300.647	-	-	17.531.564
Móveis e utensílios	11%	4.793.350	90.109	-	-	4.883.459
Computadores e periféricos	1%	227.556	17.322	-	-	244.878
Veículos	2%	783.192	-	-	-	783.192
Imobilizado em andamento		-	1.312.813	-	-	1.312.813
Total	100%	41.916.646	4.186.769			46.103.415
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(2.267.747)	(672.559)	-	-	(2.940.306)
Máquinas, equip. e instalações		(5.278.037)	(1.663.079)	-	-	(6.941.116)
Móveis e utensílios		(1.911.941)	(483.450)	-	-	(2.395.391)
Computadores e periféricos		(117.889)	(47.723)	-	-	(165.612)
Veículos		(618.672)	(156.639)	-	-	(775.311)
Total		(10.194.286)	(3.023.450)	-	-	(13.217.736)
Total		31.722.360	1.163.319	-	-	32.885.679

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

- (1) Podemos destacar dentro das aquisições feitas no exercício de 2020 as compras de carros de emergência, aparelho de ultrassom, ventiladores mecânicos, eletrocardiógrafo, carrinho para ventilador, monitores multiparâmetro, desfibrilador, foco cirúrgico, mesa cirúrgica e a doação de ventiladores pulmonares em decorrência à pandemia.
- (2) Podemos mencionar obras que estão acontecendo como modernização dos elevadores do bloco 2, reforma da UTI Neonatal e reforma e adaptação de andar do bloco 1 para construção de novo centro cirúrgico.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	-	15.342.637	15.057.171	-
Total	-	15.342.637	15.057.171	-

(i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo circulante, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

12. Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2020	2019
Prestadores de serviços de assistência à saúde	3.003.388	2.864.933
Total	3.003.388	2.864.933

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS funcionários a recolher	226.749	-	208.642	-
FGTS a recolher	214.500	-	200.756	-
PIS a recolher sobre folha	-	-	-	-
Contribuições sindicais	225.117	-	225.837	-
ICMS a recolher	433	-	200	-
IRRF retido na fonte	154.571	-	152.044	-
ISS retido na fonte	66.214	-	100.091	-
CSLL retido na fonte	22.309	-	33.703	-
COFINS retido na fonte	66.927	-	101.108	-
PIS retido na fonte	14.501	-	21.907	-
Contribuições previdenciárias retidas na fonte	10.084	1.121.281	1.141.843	-
Total	1.001.405	1.121.281	2.186.131	-

H *ans*

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

14. Parcelamentos de tributos e encargos sociais a recolher

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS parcelamentos (i)	470.616	2.316.676	470.616	2.791.260
Parcelamento de ISS	193.100	-	231.720	193.099
Parcelamento PERT – Previdenciário (ii)	542.284	4.383.466	542.284	4.925.750
Parcelamento PERT – Demais Débitos (ii)	747.909	6.045.599	747.909	6.793.508
Parcelamento PGFN (iii)	117.702	147.127	117.702	264.830
Parcelamento PGFN (iv)	50.647	113.957	50.647	164.605
Negócio Jurídico Processual PGFN (v)	-	-	1.200.000	10.525.521
Parcelamento Transação Excep. – Previd. (vi)	128.301	1.103.821	-	-
Parcelamento Transação Excep. – Demais (vi)	392.170	4.105.275	-	-
Total	2.642.729	18.215.921	3.360.878	25.658.573

- (i) Refere-se a parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, firmado em fevereiro de 2015 no valor de R\$ 3.290.748 parcelado em 180 meses e outro de 2017 no valor de R\$ 1.385.171 em 60 meses.
- (ii) Refere-se a parcelamento da Lei 13.496/2017 (PERT) consolidado em outubro de 2017.
- (iii) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2018 para consolidação de dívidas em outro parcelamento.
- (iv) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2019 para entrada em Negócio Jurídico Processual junto a PGFN.
- (v) Refere-se a parcelamento jurídico firmado em dezembro de 2019 para quitação de débitos fiscais e previdenciários restantes perante a PGFN substituído no mês de novembro por abertura de parcelamento denominado Transação Excepcional.
- (vi) Refere-se a parcelamento adquirido em novembro de 2020 junto a PGFN, em aproveitamento de parcelamento lançado pela PGFN em decorrência da pandemia, chamado de Transação Excepcional.





**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

15. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencimento	2020		2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Bradesco S/A	0.82% a.m.	15/06/2029	3.185.257	23.889.429	3.185.257	27.074.686
Conta Garantida Banco Itaú	0,99% a.m.	-	12.448.028	-	12.500.000	-
Conta Garantida Santander	1,00% a.m.	-	5.000.000	-	2.955.984	-
Outros Empréstimos	-		20.000.000	34.866.347	6.088	47.406.049
Juros a Incorrer	-		(1.766.272)	(7.186.365)	(1.902.079)	(8.952.637)
Total			38.867.013	51.569.411	16.745.250	65.528.098

As garantias são avais dos diretores e bens.

16. Débitos diversos

	2020	2019
Salários a pagar	1.877.568	1.848.142
Provisão de férias e encargos sociais	3.191.439	2.939.456
Provisão de 13 salário e encargos	97.040	84.884
Outras obrigações com pessoal	18.099	24.624
Fornecedores	2.115.785	1.857.898
Total	7.299.931	6.755.004

17. Outros débitos a pagar

	2020	2019
Telefones	1.417	5.863
Água e esgoto (SAAE)	-	81
Energia elétrica	335	-
Devolução de convênio 248/2012	-	119.250
Devolução de convênio 260/2015	122.622	367.866
Devolução de convênio 338/2014	-	88.431
Outros	243.597	97.564
Total	367.971	679.055

H *Jms*



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

18. Contingências

	2020	2019
Contingências trabalhistas	1.020.700	1.131.350
Total	<u>1.020.700</u>	<u>1.131.350</u>

A Administração da Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento e em fase de defesa. A administração, suportada pela assessoria jurídica, classificou como perda provável R\$ 1.020.700, havendo provisão nas demonstrações financeiras. Há também processos que foram classificados como perda "possível" ou "remota", pela assessoria jurídica, que perdura o montante de R\$ 47.734.608 nas áreas civil, fiscal e trabalhista que estão em análise.

19. Débitos diversos de Longo Prazo

	2020	2019
Fornecedores	13.607.794	13.700.641
Prestadores de serviços médicos	6.600.414	6.644.980
Total	<u>20.208.208</u>	<u>20.345.621</u>

Trata-se de débitos sem estimativa de pagamento adquiridos anteriores a 11/2016 e em parte em negociação judicial.

20. Subvenções a realizar

	2020	2019
Convênios a realizar	6.890.750	4.827.483
Total	<u>6.890.750</u>	<u>4.827.483</u>

Trata-se de 15 convênios federais e 3 estaduais para compra de equipamentos e 3 convênios estaduais para custeio de prestação de serviços.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

21. Receitas de convênio - SUS

	2020	2019
Serviços Hospitalares – AIH	35.687.876	35.226.597
Ambulatório - AIH	2.343.098	2.425.356
Hemodiálise	5.655.749	5.460.673
Rede Cegonha	1.106.995	1.106.995
Rede Urgência e Emergência	4.540.039	4.540.038
Total	<u>49.333.757</u>	<u>48.759.659</u>

21.1 Auxílio COVID

	2020	2019
Auxílio COVID	8.658.468	-
Total	<u>8.658.468</u>	<u>-</u>

22. Receitas com convênios e particulares

	2020	2019
Receitas conveniadas	15.796.065	14.172.943
Receitas particulares	417.051	1.239.729
Total	<u>16.213.116</u>	<u>15.412.672</u>

23. Subvenções Governamentais

Foram registradas dentro do grupo de contas de outras receitas operacionais as seguintes subvenções:

	2020	2019
Subvenções municipais (1)	100.000	674.495
Subvenções estaduais (2)	7.864.308	18.438.607
Subvenções federais (3)	392.851	241.679
Total	<u>8.357.159</u>	<u>19.354.781</u>

H *Am*



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

Essas receitas com subvenções e doações estão classificadas na rubrica “outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

Item (1)

Repasse p/ ajuda de custo conf. 7º Termo Aditivo de contratualização	100.000
Total	100.000

Item (2)

Convenio estadual 268/2020	567.603
Convenio estadual 269/2020	6.591.140
Convenio estadual 388/2020	326.491
Convenio estadual 1047/2019	200.254
Convenio estadual 1267/2018	10.000
Convenio estadual 1268/2018	6.800
Convenio estadual 473/2019	91.150
Repasse das multas dos cartórios	70.870
Total	7.864.308

Item (3)

Reconhecimento de receita sobre subvenção compra de máquinas/equipamentos	392.851
Total	392.851

24. Doações

	2020	2019
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	4.555.653	4.353.844
Total	4.555.653	4.353.844

25. Outras receitas operacionais

	2020	2019
Refeições	113.708	70.324
Receitas diversas hospital	324.684	627.506
Receita Contrato Faculdade de Medicina	1.293.600	1.272.000
Outras recuperações	19.316	24.850
Receita com venda de medicamentos (Unidade de Negócio)	721.962	795.348
Reversão de Provisão de Contingências	-	305.197
Total	2.473.270	3.095.225

H

fm



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

26. Receitas patrimoniais

	2020	2019
Receita com aluguel	12.075	45.674
Total	12.075	45.674

27. Receitas Extraordinárias

	2020	2019
Reversão de Provisão (1)	5.322.157	-
Emendas Parlamentares (2)	20.912.102	4.400.000
Total	26.234.259	4.400.000

(1) Valor devido a desconto obtido em cima de parcelamento tributário junto a PGFN no mês de novembro.

(2)

Portaria 680 – Incremento MAC custeio	100.000
Portaria 728 – Incremento MAC custeio	500.000
Portaria 680 – Incremento MAC custeio	100.000
Portaria 728 – Incremento MAC custeio	1.500.000
Portaria 3908 – Incremento MAC custeio	15.000.000
Portaria 3899 – Incremento MAC custeio	3.021.846
Portaria 3916 – Incremento MAC custeio	590.256
Resolução Estadual SS-55	100.000
Total	20.912.102

H

fn



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

28. Outras despesas operacionais

	2020	2019
Despesa com operações médico-hospitalar	(34.720.192)	(34.963.847)
Residência médica	(552.112)	(387.843)
Gêneros alimentícios	(1.992.876)	(1.646.363)
Oxigênio	(334.658)	(381.963)
Drogas e medicamentos (1)	(7.886.459)	(6.829.793)
Material hospitalar (1)	(9.822.054)	(6.912.193)
Material de órtese e prótese	(2.786.475)	(3.145.488)
Esterilização	(353.146)	(533.611)
Outros	(866.311)	(332.128)
Total	(59.314.283)	(55.133.229)

(1) Em 2020 a empresa apresentou aumento nos saldos de “materiais e medicamentos”, basicamente em decorrência das compras extraordinárias e específicas, fazendo frente ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

29. Despesas administrativas

	2020	2019
Despesas de empregados (1)	(34.911.547)	(29.633.020)
Despesas de indenizações	(593.488)	(669.445)
Despesas com encargos sociais	(2.516.044)	(2.135.359)
Outras despesas com empregados	(1.191.592)	(952.638)
Remunerações por serviços	(2.045.873)	(1.662.765)
Despesas com expediente	(7.376.529)	(8.086.022)
Despesas com contribuições e donativos	(24.975)	(24.296)
Despesas com provisões (2)	-	(1.830.590)
Total	(48.660.048)	(44.994.135)

(1) Em 2020 a empresa apresentou aumento nos saldos de “despesas de empregados”, basicamente em decorrência do aumento do quadro de funcionários, aumento no percentual pago de insalubridade e plantões, fazendo frente ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

(2) A empresa não necessitou provisionar nenhuma perda relevante durante o exercício de 2020.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

30. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas financeiras	198.802	404.432
Atualização Monetária	26	26.205
Outras Receitas	198.776	378.227
Despesas financeiras	(4.192.870)	(6.580.303)
Descontos financeiros condicionais	(39.090)	(63.887)
Juros s/ Empréstimo	(1.902.079)	(3.650.549)
Juros/Multas	(2.080.521)	(2.377.887)
Outras Despesas	(171.180)	(487.980)
Resultado Líquido	(3.994.068)	(6.175.871)

31. Remuneração da administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração, cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos pela Assembleia Geral, por um mandato de quatro anos. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de quatro anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

32. Gratuidade

Em 2019, a Santa Casa de Misericórdia de Barretos foi credenciada junto ao Ministério da Saúde para a realização de Cirurgias Cardíacas. Quando iniciou os procedimentos cardiológicos quebrou o equipamento de Hemodinâmica da Santa Casa, fundamental para diagnósticos e procedimentos cardiovasculares.

Devido à baixa demanda no equipamento de Hemodinâmica do HANS – Hospital Nossa Senhora mantido pela Fundação PIO XII, à necessidade dos pacientes de Barretos e Região e para não perder o credenciamento, a direção permitiu que fosse usada a estrutura do HANS. Consequentemente, as cirurgias cardíacas passaram a serem realizadas neste mesmo local devida necessidade do equipamento em possíveis intercorrências cirúrgicas. Por se tratar de pacientes graves, e muitas vezes instáveis, seria imprudente transferir tais pacientes para a Santa Casa no pós-operatório. Portanto, o valor de R\$ 688.408 evidenciado como gratuidade, são referentes ao atendimento (SUS) destes pacientes de Alta Complexidade (exames, procedimentos, cirurgias e internações).



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

33. Isenção previdenciária usufruída

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2020 e de 2019, correspondem aos montantes de R\$ 6.298.850 e de R\$ 5.360.920, respectivamente.

34. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS/Folha, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

35. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

36. Gerenciamento de riscos

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, câmbio, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

37. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

38. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

39. Atendimento ao SUS

A Entidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, efetuou os atendimentos a pacientes relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), no limite mínimo em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14 e Portaria n.º 834/16, aplicados anualmente nos exercícios.

a) Internações

	<u>2020</u>	%	<u>2019</u>	%
SUS	8.208	86%	8.997	81%
Convênios	1.187	13%	1.817	16%
Particulares	51	1%	297	3%
Total	<u>9.446</u>	<u>100%</u>	<u>11.111</u>	<u>100%</u>

b) Atendimentos Ambulatoriais de Pronto Socorro

	<u>2020</u>	%	<u>2019</u>	%
SUS	205.300	85%	270.578	87%
Convênios	34.699	14%	38.553	12%
Particulares	251	1%	343	1%
Total	<u>240.250</u>	<u>100%</u>	<u>309.474</u>	<u>100%</u>

40. Outras Informações

A administração diante da deficiência de capital de giro apresentada à nova gestão do hospital que teve início em 10/11/2016 vem tomando medidas para reequilibrar as contas do hospital, reanalisando todos os contratos de terceirização e prestação de serviços, visando à repactuação e redução de custos, bem como, na intenção de regularizar o déficit criando estratégias de investimento, com a reforma da UTI Neonatal; Reforma do centro cirúrgico com verba estadual inclusive com novas estruturação de equipamentos para aumento de cirurgias eletivas. Para melhor atendimento aos usuários, mantém-se o fechamento da porta de livre demanda, sendo a prioridade atendimentos de pacientes referenciados de alta e média complexidade. Aquisição de mobiliários e equipamentos como: monitores, ventiladores, desfibriladores e carrinhos de emergência para todas as unidades de serviços adquiridos com recursos próprios, os quais são de suma importância para os setores das UTIs, maternidade, fisioterapia, centro cirúrgico, pronto socorro etc, aquisição de uniformes e insumos de hotelaria. Considerando ainda acordo com PGFN e parcelamento abrangendo todos os débitos.





**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

MANUTENÇÃO PREDIAL - SERVIÇOS DE MELHORIAS

- 1- Reforma da Caixa D'água Superior do Bloco II;
- 2- Adequação do Cedib para o Covidário;
- 3- Pronto Socorro: foi realizado a impermeabilização e troca dos pisos dos banheiros feminino e masculino;
- 4- Pronto Socorro (repouso): foi realizado a impermeabilização e troca dos pisos do banheiro;
- 5- 2º andar (recepção): foi realizado a retirada do piso e refeito piso de cimento queimado;
- 6- Instalação de nova central de água quente a gás GLP e central de gás GLP para a central;
- 7- Retirada dos boilers sucateados que apresentavam problema de infiltração e alto consumo de energia;
- 8- Troca de peças para adequação do elevador do bloco II;
- 9- Pintura em diversos setores do hospital;
- 10- Adequação do balcão e das instalações elétrica da recepção central (avenida 23);
- 11- Hemodiálise: foi realizado a impermeabilização e colocação dos pisos do banheiro.

Segue abaixo serviços de melhorias que foram iniciados em 2020:

- 1- UTI Neonatal
- 2- Modernização Elevador Bloco II
- 3- Adequação da Central de Materiais Esterilizados para a troca de Equipamentos
- 4- Centro Cirúrgico

RECEBIMENTO DE VERBAS FEDERAIS PARA CUSTEIO

Considerando que as verbas para custeio de extrema importância onde mantemos as compras para abastecimento de insumos e pagamentos de serviços médicos.

Emenda Parlamentar Portaria 680 R\$ 100.000
Emenda Parlamentar Portaria 680 R\$ 100.000
Emenda Parlamentar Portaria 728 R\$ 500.000
Emenda Parlamentar Portaria 728 R\$ 1.500.000
Emenda Parlamentar Portaria 3916 R\$ 590.256
Emenda Parlamentar Portaria 3899 R\$ 3.021.846
Emenda Parlamentar Portaria 3908 R\$ 15.000.000



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

RECEBIMENTO DE VERBAS ESTADUAIS CUSTEIO

Considerando que as verbas para custeio de extrema importância onde mantemos as compras para abastecimento de insumos e pagamentos de serviços médicos. Renovação 3 convênios com o estado SP por mais 3 anos. Recebido em 2020:

Ressonância magnética	R\$ 1.386.750
Pro Santa Casa	R\$ 1.134.000
Santa Casa Sustentável	R\$ 7.317.984

RECEBIMENTO DE VERBAS MUNICIPAIS CUSTEIO

Recurso – Municipal	R\$ 100.000
---------------------	-------------

41. Pandemia COVID-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública em 20 março, editando do Decreto Legislativo nº 06/20.

A Entidade mantendo o bom relacionamento com órgãos/gestores governamentais e sempre pautando sua atuação nos princípios de humanização aos pacientes do SUS, manifestou tempestiva e proativamente seu interesse em apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia. Por sua vez, ciente da gravidade da situação adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de colaboradores para as atividades em home office, à exceção de um reduzido número de funcionários, necessários ao funcionamento de suas atividades. Marcado com o surgimento e expansão da pandemia de COVID-19, a Santa Casa de Misericórdia de Barretos instalou um Gripário em ala anexo ao hospital e uma Enfermaria Covid com 40 leitos inicialmente, para atendimento dos pacientes suspeitos e confirmados que necessitaram de internação hospitalar.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em Reais**

Decorrente da pandemia foi necessário aumento nos valores da equipe médica para manutenção das escalas de atendimento, sendo de 20% para 40% na insalubridade dos colaboradores diretos no atendimento do paciente, maior consumo de insumos, do qual sofreu aumento nos valores unitários devido a sua escassez, ampliação de equipes de trabalho direta e indireta, elevado número de absenteísmo dos colaboradores, adequações físicas, remanejamentos de unidades de atendimento para disponibilização de novos leitos, aquisição de equipamentos, todas essas medidas tomadas consequentemente resultou em custos mais altos para que a Santa Casa de Barretos pudesse combater a pandemia.

A Administração está alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos profissionais da saúde que nela atuam.

Anderson M. da Silva
Téc. em Contabilidade
CRC 1SP 309339/O-4